



T0694001N

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 006/2022



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA-GERAL DA
PÓLICIA CIVIL DGPC SUPERINTENDÊNCIA DE RECRUTAMENTO E
SELEÇÃO

**SEGUNDA AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EXTRAORDINÁRIO**
**AGENTE DE POLÍCIA DA 3^a CLASSE /
ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3^a CLASSE**

Candidato(a)

Inscrição

Nível
SUPERIOR
Turno
TARDE

Material
Além deste Caderno de Questões com quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação
A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis conforme previsto em Edital.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual se matriculou.
- ▶ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- ▶ A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- ▶ Preencha os campos destinados à assinatura na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **4 horas**, incluindo a marcação da Folha de Respostas.

Fraudar ou tentar fraudar
Concurso Público é Crime!
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal

Boa prova!

Investigação Crimes contra a Vida

1

O que significa a sigla MUMA no método investigativo?

- (A) Método Único de Mapeamento de Autoria.
- (B) Modelo Universal de Mapeamento de Agressões.
- (C) Mecânica do crime, Últimos passos da vítima, Motivação do crime e Autoria do crime.
- (D) Medidas Urgentes para Melhoria da Análise.
- (E) Modelo Unificado de Manejo de Autoria.

2

O Heptâmetro de Quintiliano é um método eficaz que consiste em buscar respostas para sete perguntas, as quais ordenam a lógica investigativa e, ao serem respondidas, evidenciam algo como factual, verdadeiro. Constituem questionamentos relativos ao Heptâmetro de Quintiliano:

- (A) O quê? Quando? Onde? Com que meios ou auxílio? Como? Quem? Por quê?
- (B) O quê? Quem denunciou? Com quantas pessoas? Para quem? Por quê? Como? Qual motivo?
- (C) Como foi solucionado? Quando? Quantos? Onde? Como? Qual motivo? Quem descobriu?
- (D) O quê? Quando? Onde? Qual a arma utilizada? Quem? Como a vítima foi encontrada? Qual foi o crime?
- (E) Qual foi o crime? Quem denunciou? Como foi descoberto? Quando? Onde? Quem é suspeito? Onde?

3

Como deve ser feita a divisão das diligências no local de crime?

- (A) De maneira aleatória, conforme a chegada dos policiais ao local.
- (B) Atribuindo funções específicas entre os policiais civis para maior eficiência.
- (C) Permitindo que apenas o delegado realize todas as diligências.
- (D) Deixando para a perícia a responsabilidade exclusiva das diligências.
- (E) Não há necessidade de divisão, pois todos os agentes fazem a mesma função.

4

Qual é a primeira providência ao chegar a um local de crime?

- (A) Iniciar imediatamente a coleta de vestígios.
- (B) Entrevistar testemunhas presentes.
- (C) Verificar a segurança do local.
- (D) Permitir o acesso de familiares da vítima.
- (E) Registrar imagens da cena do crime.

5

Qual é o principal objetivo da escuta ativa durante uma entrevista investigativa?

- (A) Garantir que o entrevistador conduza a conversa de forma unilateral, sem interrupções.
- (B) Reduzir as emoções do entrevistado, desenvolver afinidades, coletar informações e incentivar a conversa.
- (C) Forçar o entrevistado a confessar um crime, independentemente de sua vontade.
- (D) Concentrar-se apenas nas palavras ditas pelo entrevistado, sem considerar sua linguagem corporal.
- (E) Fazer com que o entrevistado se sinta pressionado para fornecer respostas rápidas e diretas.

6

Por que a custódia de vestígios materiais é essencial na investigação criminal de crimes contra a vida?

- (A) Para que esses vestígios não tenham sua origem e manuseio questionados até sua utilização pela justiça como elemento probatório.
- (B) Para que no procedimento do tribunal de júri se verifique a falsificação de provas.
- (C) Para que apenas o perito tenha acesso às provas.
- (D) Para que os vestígios sejam sumariamente destruídos.
- (E) Para garantir que o inquérito seja concluído mais rapidamente.

7

A Recognição Visuográfica é uma importante ferramenta na preservação do sigilo da investigação, com vistas ao princípio:

- (A) Do *in dubio pro reo*.
- (B) Da publicidade irrestrita dos atos investigativos.
- (C) Da ampla divulgação das provas coletadas.
- (D) Da exclusividade de acesso de informações aos peritos.
- (E) Da compartimentação da informação.

8

Qual das afirmativas abaixo descreve corretamente a finalidade do Relatório de Local de Crime?

- (A) Trata-se de um documento subjetivo e detalhado, no qual são registradas as impressões da equipe que acompanhou as diligências no local do crime e apresenta resultados relevantes das investigações preliminares.
- (B) Substitui a Recognição Visuográfica, sendo a única peça necessária para registrar as condições do local do crime.
- (C) Deve conter apenas informações objetivas e técnicas, sem incluir sugestões de linhas de investigação ou diligências futuras.
- (D) É elaborado exclusivamente pelos peritos criminais e não pode conter análise de sistemas de informações sobre os envolvidos.
- (E) Tem como única função a preservação dos vestígios materiais encontrados no local do crime.

9

Na metodologia de macro investigação, a identificação do macroproblema é essencial, porque

- (A) permite resolver crimes sem necessidade de provas.
- (B) permite a abertura de múltiplos inquéritos para um mesmo caso.
- (C) auxilia no direcionamento estratégico da investigação.
- (D) evita que crimes graves sejam investigados.
- (E) facilita a identificação imediata de suspeitos.

10

Sobre o acompanhamento e avaliação do plano de macro investigação, é incorreto afirmar que:

- (A) O Canvas deve ser sucessivamente abastecido das atualizações para viabilizar o acompanhamento e a gestão da investigação.
- (B) Devem constar e serem acompanhados os prazos estabelecidos, bem como haver identificação de diligências realizadas e frustradas, podendo-se alterar o planejamento e corrigir rotas da sua execução conforme houver necessidade.
- (C) O trabalho do policial civil se encerra com a finalização da investigação e remessa dos inquéritos, não importando os resultados de efetividade da investigação.
- (D) É importante, ao final dos trabalhos, que haja uma avaliação da efetividade do plano e de seus impactos.
- (E) É preciso uma criteriosa supervisão dos indicadores de esforço e de resultados.

Conceitos e fundamentos da investigação

11

Considerando a Carta Magna de 1988, a dignidade da pessoa humana é

- (A) um direito fundamental, mas não está expressamente previsto na Constituição.
- (B) um princípio implícito que deve ser interpretado pelos tribunais.
- (C) um fundamento expresso da República Federativa do Brasil, previsto no artigo 1º, III.
- (D) um direito que pode ser relativizado em casos específicos de segurança nacional.
- (E) um princípio exclusivamente filosófico, sem aplicação jurídica.

12

De acordo com a Lei n.º11.690/2008, que alterou o Art.157 do Código de Processo Penal, são inadmissíveis no processo penal

- (A) apenas provas testemunhais sem corroboração.
- (B) provas ilícitas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- (C) qualquer tipo de prova utilizada pela defesa.
- (D) provas baseadas em confissões espontâneas do acusado.
- (E) provas lícitas obtidas durante a investigação policial.

13

A Verificação Preliminar de Informações (VPI) é necessária para

- (A) garantir que o inquérito policial só seja instaurado diante de indícios suficientes de autoria e materialidade.
- (B) confirmar que toda denúncia anônima resulta automaticamente em um inquérito policial.
- (C) substituir a fase de investigação criminal no processo penal.
- (D) permitir que a autoridade policial tome decisões arbitrárias sobre prisões preventivas.
- (E) eliminar a necessidade de autorização judicial para conduzir investigações.

14

Em relação ao princípio da presunção de inocência na investigação policial, é correto afirmar que:

- (A) Deve ser aplicado para evitar investigações arbitrárias e injustificadas.
- (B) Só se aplica após a condenação do réu.
- (C) Permite que o investigado seja considerado culpado durante o inquérito.
- (D) Não é relevante para a fase investigativa.
- (E) Pode ser ignorado se houver forte comoção social.

15

Em que situação fática é cabível à autoridade policial a representação perante o juiz para a produção antecipada de prova?

- (A) O investigado se recusa a prestar depoimento.
- (B) A testemunha corre risco de falecer antes do julgamento.
- (C) A defesa não comparece à audiência de instrução.
- (D) A autoridade policial tem urgência na elucidação do caso, porque tem prazos processuais para cumprir.
- (E) A denúncia anônima aponta um possível suspeito.

16

A função principal do relatório policial é

- (A) apresentar a opinião pessoal do investigador sobre o caso investigado.
- (B) expor as ações empreendidas, a motivação das diligências e os seus resultados.
- (C) definir a sentença do caso investigado.
- (D) criar provas para serem utilizadas no processo penal.
- (E) substituir as alegações do Ministério Público na denúncia.

17

Quando um investigado pode ser formalmente indiciado?

- (A) Quando a autoridade policial conclui, por despacho fundamentado, pela alta probabilidade ou certeza da autoria do crime.
- (B) Assim que o nome do investigado aparece no registro do RAI.
- (C) No momento em que o suspeito é identificado por uma testemunha.
- (D) Sempre que houver uma denúncia anônima contra ele.
- (E) Automaticamente, após a instauração do inquérito policial.

18

De acordo com o Art. 29 do Código Penal, quem concorre para a prática de um crime

- (A) Responde pela infração penal, independentemente de seu grau de participação.
- (B) Somente será responsabilizado se sua participação for determinante para o delito.
- (C) Incide nas penas cominadas ao crime, conforme o grau de sua culpabilidade.
- (D) Não pode ser punido se não houver provas diretas contra ele.
- (E) Não responde pelo crime.

19

O que são levantamentos na investigação criminal?

- (A) Diligências preliminares realizadas para apurar uma notícia de crime, como pesquisas, entrevistas, campanhas, captura de imagens, entre outras, que poderão ou não gerar a produção de elementos de informação ou provas..
- (B) Provas testemunhais colhidas durante a fase de inquérito.
- (C) Documentos sigilosos entregues diretamente ao juiz.
- (D) Interrogatórios de suspeitos sem a presença de advogados.
- (E) Informações obtidas por meio de escutas telefônicas clandestinas.

20

No que tange ao princípio da legalidade na Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) A Administração Pública pode tomar qualquer decisão desde que tenha boa intenção.
- (B) O administrador pode inovar na ordem jurídica, mesmo sem previsão legal.
- (C) O administrador só pode agir quando a lei expressamente autorizar.
- (D) O particular tem as mesmas restrições de atuação que o administrador público.
- (E) O princípio da legalidade permite exceções para emergências administrativas.

Artigos 59 a 107 da Lei Orgânica da Polícia Civil

21

São garantias dos Escrivães de Polícia, Agentes de Polícia e Papiloscopistas Policiais, exceto:

- (A) não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-jurídico-profissional.
- (B) requisitar, sempre que necessário, auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições, respeitada a legislação de cada órgão ou categoria requisitados.
- (C) a irredutibilidade de subsídio.
- (D) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- (E) a estabilidade, após a confirmação no cargo, na forma da lei.

22

Acerca das prerrogativas do servidor policial civil especificadas na Lei n.º 16.901/2010, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os policiais civis não podem ser presos, exceto por ordem judicial escrita ou em flagrante delito, casos em que a autoridade deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, comunicar e apresentar o policial ao Delegado-Geral da Polícia Civil, sob pena de responsabilidade.
- (B) Os policiais civis têm prioridade nos serviços de transporte e comunicação, tanto públicos quanto privados, quando em missão de caráter urgente, podendo requisitá-los, se necessário, desde que respeitadas as prerrogativas das demais carreiras.
- (C) Os policiais civis devem ser recolhidos em dependência ou cela especial quando sujeitos a qualquer modalidade de prisão.
- (D) As prerrogativas dos membros da Polícia Civil são inerentes ao exercício de suas funções e renunciáveis.
- (E) O servidor policial civil tem livre acesso a locais públicos ou particulares que necessitem de intervenção policial, na forma da legislação e respeitada a hierarquia administrativa.

23

São deveres do servidor policial civil:

- I. Atender com zelo e presteza a requisições para a defesa da Fazenda Pública.
 - II. Levar ao conhecimento do membro do ministério público as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.
 - III. Frequentar com assiduidade, para fins de promoção automática, os cursos instituídos periodicamente pela Gerência de Ensino da Polícia Civil ou estabelecimento congêneres, em que haja sido efetivamente matriculado.
 - IV. Residir na sede do município onde exerce o cargo ou função, ou onde autorizado.
 - V. Guardar sigilo sobre assuntos de outro órgão.
- (A) Os itens I e III estão corretos.
 (B) Os itens II e IV estão corretos.
 (C) Os itens IV e V estão corretos.
 (D) Os itens I e V estão corretos.
 (E) Os itens I e IV estão corretos.

24

Em relação à entrega da arma de fogo e da respectiva munição pelo policial civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Deverá ser entregue em audiência judicial ou correccional, a critério do juiz competente, da autoridade corregedora, sindicante ou processante.
- (B) Deverá ser entregue caso o policial civil esteja em possível estado de surto psicótico.
- (C) Deverá ser entregue caso o policial civil esteja em estado de flagrante delito.
- (D) Deverá ser entregue caso o policial civil receba ordem fundamentada de autoridade corregedora, sindicante ou processante.
- (E) Deverá ser entregue caso o policial civil receba ordem de autoridade pública competente, quando o motivo justificar.

25

São garantias dos Delegados de Polícia, EXCETO,

- (A) ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto onde funcione repartição pública do Estado e ter acesso a documentos e informações úteis ao exercício da atividade funcional, respeitada a hierarquia administrativa.
- (B) ser removido de ofício apenas em face da necessidade do serviço, definida em ato motivado do Delegado-Geral da Polícia Civil, com aprovação de 3/5 (três quintos) do Conselho Superior da Polícia Civil.
- (C) não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com a sua consciência ético-jurídico-profissional.
- (D) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- (E) a irredutibilidade de subsídio.

26

Sobre a remuneração do policial civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Todos os policiais civis serão remunerados pelo regime de subsídio.
- (B) Apenas os delegados de polícia serão remunerados pelo regime de subsídio.
- (C) A remuneração poderá ser fixada em até duas parcelas, devendo ser pagas necessariamente no mês trabalhado.
- (D) As duas parcelas de remuneração dos servidores policiais civis serão fixadas em níveis condizentes com a relevância da função, de forma a compensar todas as vedações e incompatibilidades específicas que lhes sejam impostas.
- (E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

27

Em relação à promoção, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Em regra, a elevação do servidor consiste na ascensão de uma classe para outra imediatamente superior àquela em que se encontrava, dentro da categoria funcional a que pertence, em sua respectiva série de Classes.
- (B) Excepcionalmente, apenas para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, considera-se como promoção a elevação do servidor de uma classe para o padrão I da classe imediatamente superior àquela em que se encontrava, dentro da categoria funcional a que pertence, na respectiva série de classes.
- (C) As promoções serão realizadas semestralmente, nos meses de julho e dezembro de cada ano, obedecendo aos limites, procedimentos e condições pessoais do servidor policial concorrente, estabelecidos nesta Lei, até o último dia imediatamente anterior à análise pelo órgão competente.
- (D) Serão considerados promovidos os servidores que falecerem durante o processo promocional, mesmo que a promoção a que tinham direito por merecimento não tenha sido processada.
- (E) Os direitos e as vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da publicação do ato, mesmo que esta tenha ocorrido fora do prazo legal.

28

Não poderão concorrer às promoções os servidores policiais civis que

- (A) forem julgados pela prática de crime, com decisão transitada em julgado.
- (B) estiverem presos em flagrante delito.
- (C) estiverem com medida cautelar decretada, mesmo que diversa da prisão.
- (D) a juízo do Gerente de Correções e Disciplina, estiverem respondendo a Processo Administrativo Disciplinar ou Criminal.
- (E) forem condenados pela prática de crime de menor potencial ofensivo, enquanto durar o cumprimento da pena.

29

Os atos de promoção são de competência exclusiva do

- (A) Governador do Estado de Goiás.
- (B) Delegado-Geral.
- (C) Conselho Superior da Polícia Civil.
- (D) Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.
- (E) Chefe de Polícia Judiciária.

30

O impedimento à promoção será declarado pelo

- (A) Gerente de Correções e disciplina da Polícia Civil.
- (B) Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.
- (C) Delegado-Geral da Polícia Civil.
- (D) Conselho Superior da Polícia Civil.
- (E) Governador do Estado de Goiás.

Artigo 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020

31

De acordo com Art. 204, inciso I, da Lei Estadual nº 20.756/2020, a conduta de “[...] transitar por logradouro público portando arma de fogo, sem a respectiva identificação funcional”, constitui transgressão punida com penalidade de

- (A) suspensão dos direitos políticos.
- (B) cassação de aposentadoria.
- (C) prestação de serviço à comunidade.
- (D) demissão.
- (E) advertência.

32

Mévio, Escrivão de Polícia lotado na Delegacia de Polícia da cidade de Araruê/GO, chefe de cartório da Unidade Policial, causou, por negligência (desatenção), o extravio de arma de fogo apreendida. Tal conduta, nos termos do Art. 204, inciso XI, da Lei Estadual nº 20.756/2020, poderá configurar transgressão disciplinar

- (A) somente se a arma não tiver sido periciada.
- (B) somente se a arma de fogo for registrada no SINARM.
- (C) desde que a arma apreendida esteja sob sua responsabilidade, ainda que não seja da Instituição (Polícia Civil).
- (D) somente se a arma de fogo possuir numeração visível.
- (E) em nenhuma hipótese, pois tal conduta não tem repercussão administrativo-disciplinar.

33

Marque a única alternativa correta. A(s) penalidade(s) prevista(s) para as transgressões tipificadas no Art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020 é (são)

- (A) admoestação verbal e limitação de final de semana.
- (B) reclusão e detenção.
- (C) prestação de serviços à comunidade e interdição temporária de direitos.
- (D) admoestação verbal e repreensão.
- (E) advertência, suspensão e demissão.

34

A depender da gravidade do fato cometido, a penalidade de suspensão, prevista em diversas transgressões do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, pode variar nos seguintes prazos:

- (A) de 01 (um) a 03 (três) anos.
- (B) de 01 (um) a 10 (dez) dias; de 11 (onze) a 14 (quatorze) dias.
- (C) de até 30 (trinta) dias; de 31 (trinta e um) a 60 (sessenta) dias; de 61 (sessenta e um) a 90 (noventa) dias.
- (D) de 137 (cento e trinta e sete) a 238 (duzentos e trinta e oito) dias.
- (E) de 06 (seis) a 12 (doze) horas; de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) horas; e de 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) horas.

35

Marque a única alternativa correta. Nos termos do inciso III, do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, constitui transgressão disciplinar e ao policial civil é vedado (proibido), discutir ou provocar discussões, pela imprensa, a respeito de assuntos policiais, EXCETUANDO-SE:

- (A) os de crimes de homicídio, independentemente de autorização.
- (B) os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizados.
- (C) os ocorridos em outra Unidade Policial.
- (D) os de violência doméstica, quando envolver pessoa maior e capaz.
- (E) os relacionados a criança e adolescente, quando houver participação do Conselho Tutelar na diligência.

36

Dentre as transgressões relacionadas abaixo, extraídas do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa CORRETA.

- (A) É permitido ao policial civil deixar de guardar, em público, a devida compostura, comprometendo a função pública.
- (B) É facultado ao policial civil irrogar (atribuir) sua qualidade de policial fora dos casos necessários ou convenientes ao serviço.
- (C) É permitido ao policial civil ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, desde que obedecidas as formalidades legais.
- (D) É autorizado ao policial civil deixar de cumprir ou de fazer cumprir, na esfera de suas atribuições, as leis e os regulamentos.
- (E) É permitido ao policial civil atentar, com abuso de autoridade ou prevalecendo-se dela, contra a inviolabilidade do domicílio.

37

Durante participação em bloco de carnaval de sua cidade, um policial civil portava a arma de fogo institucional na cintura, deixando-a o tempo todo à mostra. Essa conduta, além de atentar contra sua própria segurança, poderá caracterizar, nos termos do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, a seguinte transgressão disciplinar:

- (A) fazer uso indevido de arma, bem como portá-la ostensivamente em público.
- (B) simular fato ou condição para esquivar-se do cumprimento de obrigação funcional.
- (C) recusar-se a executar ou executar deficientemente qualquer serviço para evitar perigo pessoal.
- (D) faltar à verdade no exercício de suas funções.
- (E) praticar advocacia na repartição.

38

Durante a lavratura de Auto de Prisão em Flagrante, um policial civil plantonista autoriza o preso (recolhido na cela da delegacia) a permanecer portando um cortador de unha. Considerando o que dispõe o Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, tal conduta poderá configurar a seguinte transgressão disciplinar:

- (A) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento.
- (B) permitir que o preso mantenha em seu poder instrumento capaz de causar dano nas dependências em que esteja recolhido, ferir a si mesmo ou produzir lesões em terceiros.
- (C) deixar de adotar providências em relação a uma ocorrência no âmbito de suas atribuições, exceto em caso de impedimento devidamente comunicado em tempo hábil.
- (D) maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial ou de segurança prisional.
- (E) entreter-se, nos locais e horários de trabalho, em atividades estranhas às suas atribuições.

39

Dentre as transgressões relacionadas abaixo, extraídas do Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa INCORRETA.

- (A) É proibido ao policial civil conversar ou entender-se com preso, sem estar autorizado por sua função ou autoridade competente.
- (B) É vedado ao policial civil recusar-se a executar, ou executar de forma deficiente, qualquer serviço com o objetivo de evitar perigo pessoal, salvo por motivo justificável.
- (C) É proibido ao policial civil publicar, sem ordem expressa da autoridade competente, documentos oficiais, embora não reservados, ou ensejar a divulgação de seu conteúdo, no todo ou em parte.
- (D) É vedado ao policial civil introduzir material inflamável ou explosivo na repartição, ainda que seja em obediência a ordem de serviço expedida pela autoridade competente.
- (E) É proibido ao policial civil levar à prisão ou nela conservar quem quer que se proponha a prestar fiança, quando admitida em Lei.

40

Considerando as transgressões contidas no Art. 204, da Lei Estadual n.º 20.756/2020, marque a única alternativa INCORRETA.

- (A) É proibido ao policial civil espalhar falsas notícias em prejuízo ou desrespeito da ordem policial.
- (B) É vedado introduzir bebidas alcoólicas na repartição policial, seja para uso próprio ou de terceiros.
- (C) É proibido ao policial civil omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos sob sua guarda.
- (D) É vedado ao policial civil maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária, no exercício da função policial.
- (E) É proibido ao policial civil levar à prisão ou nela conservar a pessoa presa por crime que não se admitta fiança.

-destaque aqui-

GABARITO RASCUNHO